

A REVOLUÇÃO FRANCESA: DA DESCRISTIANIZAÇÃO AO CULTO SECULAR DA RAZÃO E DA PÁTRIA

THE FRENCH REVOLUTION: FROM DECHRISTIANIZATION TO THE SECULAR CULT OF
REASON AND FATHERLAND

Rafael Teotonio Assis¹

Fábio Luciano da Silva²

Lindemberg Cavalcante Trigueiro³

Resumo: Este artigo investiga o processo de descristianização na Revolução Francesa, entendido como a ruptura com a hegemonia da Igreja Católica e a construção de uma nova religiosidade revolucionária. Analisa-se, através da análise bibliográfica, dos símbolos e das práticas revolucionárias, como a Constituição Civil do Clero, o confisco de bens eclesiásticos e a instituição de cultos seculares à Razão e à Pátria, expressaram a tentativa de substituir o cristianismo por valores republicanos. O Panteão de Paris, marca dessa transição, foi convertido de igreja em mausoléu nacional, tornando-se símbolo da pátria e da exaltação dos grandes homens. Conclui-se que a descristianização não eliminou o Sagrado, mas ressignificou-o, deixando como legado a consolidação da laicidade e a influência sobre os Estados modernos.

Palavras-chave: Descristianização; Revolução Francesa; Secularização.

Resumen: This article examines the process of de-Christianization during the French Revolution, understood as the break with the hegemony of the Catholic Church and the construction of a new revolutionary religiosity. Through a review of the literature and an analysis of revolutionary symbols and practices, such as the Civil Constitution of the Clergy, the confiscation of church property, and the establishment of secular cults dedicated to Reason and the Fatherland, this study examines how these measures expressed the attempt to replace Christianity with republican values. The Panthéon in Paris, a landmark of this transition, was converted from a church into a national mausoleum, becoming a symbol of the fatherland and the glorification of great men. It is concluded that Dechristianization did not eliminate the Sacred, but rather redefined it, leaving as a legacy the consolidation of secularism and its influence on modern states.

Keywords: De-Christianization; French Revolution; Secularization.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5177650309331624>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8010-393X>, E-mail: rafaeltetonoio.br@gmail.com

² Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4419988809896449>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9722-2200>, E-mail: fs7032017@gmail.com

³ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), campus de Cajazeiras - PB. Mestrando em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE), campus de Recife - PE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3234971494157418>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3786-3785>, E-mail: lindembergtrigueirobx2@gmail.com

INTRODUÇÃO

“A Revolução Francesa é portanto uma revolução política que operou à maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos”

Alexis de Tocqueville, 1997.

No final do século XVIII, a economia francesa era uma das mais robustas do mundo, ficando atrás apenas da Inglaterra e da Espanha. No entanto, o país enfrentava graves problemas internos, como uma estrutura de impostos que penalizava os menos favorecidos, enquanto a nobreza e o clero desfrutavam de privilégios. Essa sociedade estamental gerou o conflito que culminou na Revolução Francesa (1789), que levou à queda do rei Luís XVI, à abolição dos privilégios da nobreza e do clero, e à proclamação da República. O período foi marcado por eventos como a Tomada da Bastilha, o Reinado do Terror (1793) e a ascensão de Napoleão Bonaparte, que consolidou seu poder em um golpe de Estado em 1799. A Revolução Francesa firmou-se nas ideias de *Liberté, Égalité, Fraternité*⁴, influenciando movimentos democráticos em todo o mundo.

Esse processo histórico costuma ser evocado como um marco inaugural da modernidade política, sua força não reside apenas na estrutura institucional que promoveu, mas também na reconfiguração profunda das linguagens de poder e da legitimidade. Ao longo do final do século XVIII, o que estava em jogo não era somente a crise do Antigo Regime, mas a erosão de um universo simbólico religioso, no qual a tradição e a autoridade divina atravessavam a vida social. Desse modo, a Revolução na tentativa de suprimir essas concepções, buscou ressignificar o Sagrado⁵, formando um novo conjunto de símbolos, credos e objetos de culto como aparato de legitimação dos ideais revolucionários. Como destacou Vovelle (1987, p. 245), a Revolução Francesa foi marcada pela “transferência de sacralidade para os valores cívicos”.

Diante disso, este trabalho investiga o processo de descristianização⁶ promovido pela Revolução Francesa, analisando a construção de uma nova forma de religiosidade

⁴ Liberdade, Igualdade e Fraternidade - Lema da Revolução.

⁵ Segundo Rudolf Otto (2007, p.44) o Sagrado é definido como algo irracional que não pode ser entendido em conceitos, isto é, vai além da capacidade intelectual do homem, sendo “indicado pela reação especial de sentimento desencadeado na psique”. Em suma, o Sagrado atinge a esfera do sentimento e não da racionalidade, movendo e arrebatando as mentes humanas.

⁶ A descristianização é obra imposta pela violência, buscando erradicar instituições, práticas e crenças cristãs, associadas à superstição, e instaurar um novo culto (VOVELLE, 2018 *apud*, CARVALHO, 2018, p. 121)

revolucionária⁷ em torno do regime. De início, contextualiza-se como se deu, ao longo da Revolução, o enfraquecimento da atuação e influência da Igreja Católica sob a sociedade, através dos aspectos da oposição prática dos revolucionários. Em seguida, a partir de uma análise bibliográfica da obra *O Antigo Regime e a Revolução* (1997), de Alexis de Tocqueville, busca-se examinar o caráter religioso da Revolução na França, analisando os elementos religiosos nela presentes.

Com isso, busca-se identificar quais os fatores essenciais para formação dessa nova religiosidade revolucionária e, a partir do culto à Pátria e à Razão, compreender como determinados símbolos associados à Revolução Francesa expressaram processos de secularização. Para tanto, valendo-se da análise de símbolos e práticas revolucionárias, observa-se, através do caso do Panteão de Paris, a materialização dos ideais de secularização, uma vez que o espaço foi reinterpretado de igreja a monumento secular. Considerando, portanto, sua origem no contexto religioso, bem como as transformações de práticas, rituais e espaços tradicionalmente ligados à Igreja, em novos referenciais cívicos e laicos, destacando uma reinterpretação simbólica e política promovida durante o período revolucionário.

A REVOLUÇÃO E A OPOSIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

As ideias iluministas difundidas, sobretudo, ao longo do século XVIII, na Europa, promoveram profundas transformações na sociedade. De modo especial, observa-se a França, que vivenciou na prática os efeitos de tais ideias, principalmente através da Revolução de 1789. Nesse sentido, dentre essas convicções, havia aquelas que declaravam que o absolutismo monárquico e a influência da Igreja Católica deveriam ruir, uma vez que compreendiam estes dois elementos como os causadores de diversas problemáticas, entre elas, as crises econômicas e mazelas sociais. Diante disso, atentando-se ao aspecto religioso, o historiador francês Alexis de Tocqueville, afirma que:

filósofos do século dezoito agrediram com uma espécie de furor a Igreja; atacaram seu clero, sua hierarquia, suas instituições, seus dogmas e para melhor derrubá-los quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo (TOCQUEVILLE, 1979, *apud* MEDEIROS, 2016, p. 19).

Esse radicalismo idealizado, instigou o pensamento de parte dos revolucionários, para que os mesmos desempenhassem um processo de substituição dos valores e símbolos cristãos, em detrimento dos princípios da Revolução. O intuito revolucionário,

⁷ Um sistema de crenças, mitos, rituais e símbolos que interpreta e define o propósito da existência humana subordinando o destino dos indivíduos e da coletividade a uma entidade suprema" (GENTILE, 2006, p. 14).

portanto, era de desgastar a influência do cristianismo secular francês, sob todos os aspectos da sociedade, alterando de modo significativo a relação do indivíduo com tal vivência religiosa.

A descristianização, como o próprio nome sugere, refere-se a um conjunto de variadas práticas, como mobilizações, iniciativas institucionais, decretos e normas que visam diminuir a influência da Igreja na vida das pessoas e na sociedade como um todo. Nesse processo, busca-se ressignificar o papel do Cristianismo sob a coletividade, substituindo seus princípios e condutas por novos valores e símbolos, neste caso, por valores revolucionários e cívicos. Nesse processo, almejava-se também uma separação entre dois pilares fundamentais daquela sociedade, a Igreja e o Governo, na tentativa de laicizar o Estado. De modo contextual, a contenda com a religião já estava em curso, não apenas em razão das ideias iluministas, mas também porque o cristianismo prático declinava, de modo que se expandia o desprezo religioso. O historiador Roger Chartier (2009, p. 147-148) afirma que no século XVIII, a rejeição a qualquer tipo de credo e o sentimento anti-religioso havia se espalhado de forma intensa e ampla entre os franceses, afetando pessoas de todas as classes sociais. Em contraposição, de modo a substituir tais valores, a Revolução difundiu uma distinta crença, focada exclusivamente no homem e sua virtude inata.

Neste contexto pré-revolucionário, havia uma propensão da população ao simples deísmo ou até mesmo ao ceticismo. De acordo com Hilaire Belloc (2024, p. 189), em detrimento da fé católica, as massas populares especialmente nas grandes cidades perderam o contato com a Igreja. Logo, é nesse contexto, de baixa do cristianismo e oposição à fé, bem como dos privilégios fiscais do clero, que se sucede a animosidade dos revolucionários em promover a descristianização na França. De modo prático, alguns eventos são compreendidos como essenciais nesse processo de oposição radical. Alguns meses após a queda da Bastilha em 1789, diante da grande crise econômica enfrentada pela nação francesa, através de Assembleias Constituintes, decidiu-se suprimir os dízimos e confiscar as terras da Igreja, tendo em conta que esse era um fundo econômico de imediato acesso, no qual o Estado facilmente conseguiria se apropriar (BELLOC, 2024, p. 190-191).

Sendo assim, a propriedade eclesiástica foi nacionalizada, com a prerrogativa de que seria utilizada em benefício da nação, para enfrentar as dívidas financeiras e a crise

econômica generalizada. Nesse contexto, incluem-se a dissolução das ordens religiosas, dos monastérios e conventos, assim como as administrações das instituições hospitalares e educacionais. Nesse ínterim, até os votos religiosos foram proibidos e tornados nulos. Desse modo, o poder econômico e a dinâmica funcional da Igreja na França, foram acometidas de modo incisivo.

Posteriormente, com o decreto estabelecendo a Constituição Civil do Clero (1790), se sucedem mudanças substanciais na organização da Igreja na França, padres e bispos são formalizados como funcionários públicos do Estado, passando por um processo de eleição e submetidos ao recebimento de salários (VOVELLE, 2012, p. 28), visto que os dízimos foram suprimidos. Essa constituição exigia que o clero prestasse um juramento oficial à mesma. Essa disposição foi a que mais gerou contestações e desavenças. Tal juramento, levou a uma cisão no clero, apenas 7 dos 130 bispos da França o fizeram, e os padres se dividiram mais ou menos ao meio⁸, de acordo com cada região onde havia indiferença religiosa ou fidelidade (VOVELLE, 2012, p. 28). No entanto, ao passo que os clérigos realizavam tal juramento, também se faziam infiéis a sua religião, pois esta Constituição atacava diretamente a organização e hierarquia da Igreja Católica, que possuía sua própria autonomia. Com isso, ainda que de modo tardio, o Papa Pio VI, através do decreto *Charitas* (1791), condenou a Constituição Civil do Clero, considerando-a cismática e se opondo às imposições do governo à Igreja na França.

No ano de 1792, em meio a crise econômica, a guerra externa, o radicalismo dos revolucionários e por fim a prisão de Luís XVI, acusado de traição, levou a queda oficial da milenar instituição monárquica. De modo subsequente nos meses de agosto e setembro daquele ano, um novo sistema político foi instaurado, a República. Tal execução, fora protagonizada pelas massas armadas dos *sans-culottes*⁹, que sucederam eleições para a Convenção Nacional e efetuaram massacres de prisioneiros políticos (HOBSBAWM, 1977, p. 74). A partir desse momento, o processo de descristianização tornou-se mais radical e abrupto, uma vez que na prática, a perseguição e a violência eram empreendidas largamente. O clero refratário (os não juramentados), passaram a ser vistos como ameaça e inimigos da Revolução.

⁸ O balanço preciso do juramento constitucional confirma a divisão do corpo eclesial em dois campos: 52% de padres constitucionais prestaram juramento contra 48% que se negaram a fazê-lo (VOVELLE, 2012, p. 225).

⁹ Composto principalmente por pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos e camponeses, este grupo se opunha à aristocracia, formando uma das vertentes radicais da Revolução.

Desde o verão de 1792 e no período subsequente à instauração da República, milhares de padres foram aprisionados e deportados, cerca de 25 mil clérigos deixaram o território francês e se espalharam pela Europa. Nesse mesmo contexto, a partir de 2 de setembro daquele ano, ocorreram massacres nas prisões da capital francesa, onde centenas de padres foram mortos, cerca de trezentos na prisão de Abadia e Força em Paris (VOVELLE, 2012, p. 228). No período conhecido como Fase do Terror, ações como essas eram identificadas de modo generalizado. O historiador Hilaire Belloc, ao se referir à perseguição ao clero, afirma que:

Lá foi com esse último e mais violento ataque sobre o que se acreditava serem os últimos remanescentes do Catolicismo no país, uma perseguição hedionda ao sacerdócio, na qual um incontável número de padres morreram sob rigores da deportação e violência. As represálias contra os rebeldes variavam da severidade do tipo mais horrível à crueldade que era mais claramente insana, e da qual os piores exemplos aconteceram em Arras e em Nantes (BELLOC, 2024, p. 112).

O elemento mais marcante no período do “Terror” foi o seu caráter violento. Os inúmeros atos desumanos compõem o ápice do radicalismo revolucionário francês. Figuras como Joseph Fouché (1759-1820) e Jean Baptiste Carrier (1756-1794), expressavam esse caráter com maestria, agentes executores por ofício, organizavam afogamentos coletivos de suspeitos em algumas localidades (VOVELLE, 2012, p. 46).

Ademais, um componente marcante nesse período foi a guilhotina, que encaminhou milhares de pessoas à morte, como o rei Luís XVI e sua esposa, a rainha Maria Antonieta. A Lei dos Suspeitos (1793), empreendia uma vigilância e repressão que levou muitos à morte na guilhotina, pela simples sujeição de serem suspeitos inimigos da Revolução. Nesse cenário de descristianização, se faz marcante o caso das 16 carmelitas de Compiègne, que foram enviadas à guilhotina pelo Tribunal Revolucionário, com acusações baseadas em boatos, documentos forjados e sem direito à defesa, sendo consideradas simpatizantes do Absolutismo e consequentemente inimigas da França (GRAEBIN; ISAIA, 2020, p. 202). O caso das 16 carmelitas¹⁰, martirizadas na guilhotina em nome da fé, demonstra um reflexo prático da tentativa dos revolucionários em abolir a influência da Igreja, bem como de seus respectivos princípios, valores, dogmas e símbolos.

¹⁰ As Mártires de Compiègne foram beatificadas pelo Papa Pio X, em maio de 1906. Tal história foi retratada na peça teatral “A Última ao Cadafalso” em 1931, escrita pela alemã Gertrud Von Le Fort, e posteriormente adaptada e lançada para o cinema, com o título de “O Diálogo das Carmelitas” em 1960.

Para concluir o entendimento das relações entre a violência revolucionária e o processo de descristianização, se faz imperativo abordar o conflito no oeste da França, na região da Vendéia. Essa localidade de profunda tradição católica, representou, no contexto da Revolução francesa, o foco de oposição ao regime republicano e ao processo de descristianização. Em contrapartida, apoiava o restabelecimento do sistema monárquico. O estopim do conflito se deu quando a Convenção Nacional aumentou os impostos e a requisição do alistamento de 300 mil homens daquela região. Logo, através de uma articulação popular, formou-se o intitulado Exército Católico e Real, composto majoritariamente por camponeses, artesãos e nobres. Posteriormente, de forma gradativa, recebeu o apoio de aldeias e cidades, iniciando o conflito em março de 1793 (VOVELLE, 2012, p. 41-43). Esse movimento contrarrevolucionário, tinha como motivação a insatisfação popular daquela região com o novo regime, como também com os rumos do processo de descristianização, visto o arraigado sentimento religioso daquelas localidades.

No processo de descristianização, os revolucionários buscavam realizar um apagamento da tradição cristã, substituindo-a por valores e princípios da própria Revolução, de modo a secularizar tudo aquilo que estava, de algum modo, atribuído a essa religiosidade. Para isso, diversos elementos atribuídos intrinsecamente ao cristianismo foram substituídos e ressignificados. Nessa conjuntura, o universo religioso simbólico foi hostilizado, com algumas igrejas sendo fechadas, crucifixos destruídos e retirados dos ambientes públicos. O uso dos sinos das igrejas para a produção de canhões, exemplificam bem a vandalização e destruição de objetos sagrados (VOVELLE, 2012, p. 230).

Pintura 1 - Saque de uma igreja durante a Revolução



Autor: Jacques François. Data de acesso: 28/07/2026. Endereço eletrônico: [File:Jacques François Joseph Swebach-Desfontaines - Pillage d'une église pendant la révolution - P317 - Musée Carnavalet.jpg - Wikimedia Commons](#)

Essa obra, do pintor Jacques François Joseph Swebach-Desfontaines, foi produzida no ano de 1793, no auge da Revolução, especificamente no contexto da fase do “Terror”, ela retrata uma invasão em forma de saque, desempenhada pelos revolucionários em um templo religioso. A pintura, destaca o roubo de objetos litúrgicos da igreja, ilustrando a violação de cálices, castiçais, do ostensório, e até mesmo de um sino ou parte dele. A cena descreve o desprezo e irreverência dos revolucionários para com o Sagrado, representando justamente a conjuntura de oposição radical da Revolução para com a Igreja, mostrando-se uma das facetas do processo de descristianização.

Todos os nomes que fizessem referência aos santos foram proibidos, logo, nomes de cidades, aldeias, vilas, títulos de nobreza não podiam ser acompanhados de referências religiosas, tudo foi estritamente proibido (DANIEL-ROPS, 2003, *apud* MEDEIROS, 2016, p. 9). O próprio calendário foi alterado, a nomenclatura dos meses foi substituída pelas estações do ano, como também foi suprimido as antigas referências religiosas presentes no calendário litúrgico da Igreja (VOVELLE, 2012, p. 98).

Nessa direção, é relevante destacar que essas transformações seculares eram concebidas como forma de rompimento com o universo religioso cristão, de modo a conduzir a sociedade, muitas vezes, há um desvínculo com qualquer tipo de credo metafísico e Sagrado, substituindo-o por princípios humanistas e cívicos. Em vista disso, o historiador Roger Chartier afirma ao citar Mona Ozouf, que:

A violenta descristianização imediata, num nível mais profundo da Revolução, sem dúvida constituiu a culminação manifesta de uma "transferência de sacralidade" que, mesmo antes de vir à superfície, já havia transferido silenciosamente para valores patrióticos, cívicos, orientados para a família, o afeto e a emoção anteriormente investidos nas representações cristãs (OZOUF, 1976, *apud* CHARTIER, 2009, p. 169).

Nessa conjuntura de transferência de valores, surge, na República, um novo tipo de culto, como meio de ruptura com o cristianismo: o culto à Razão e ao Ser Supremo. O primeiro, tinha por objetivo promover a substituição do lugar de Deus pelos valores pátrios e da Razão, mostrando-se enquanto um ateísmo prático. Portanto, o mundo cívico deve estar permeado de princípios voltados não para o Sagrado e o religioso - de modo verticalizado, mas envolto dos ideais patrióticos, iluministas e meramente racionalistas. Outrossim, o Ser Supremo, difundido por Robespierre, caminha no mesmo sentido da secularização, no entanto, de modo divergente e menos radical, pois se utiliza de princípios deístas, da crença na imortalidade da alma e de um Criador de todas as coisas, o que fez

com que essa forma de culto se tornasse efêmera (VOVELLE, 2012, p. 50-51). Essa posição do revolucionário Robespierre, na difusão da ideia de um Ser Supremo, trazendo um pouco da herança cristã, gerou resistência interna, justamente porque os revolucionários mais radicais queriam de fato uma ruptura total com o cristianismo.

Sendo assim, categoricamente, observa-se na postura radical e opositora de parte dos revolucionários para com a Igreja e sua religiosidade, o objetivo de eliminar a influência da mesma na sociedade, na cultura, nos costumes, nas tradições, e também na política, através da laicização, submetendo toda hierarquia eclesiástica e os bens da Igreja ao poder do Estado. Em paralelo a esse processo de descristianização, a Revolução Francesa, com seus discípulos, impera uma diligência em direção à tentativa de substituição dessa simbólica e religiosidade cristã, por um novo tipo de religiosidade, apoiada em ideais seculares, racionais e cultos cívicos.

OS ELEMENTOS RELIGIOSOS DA REVOLUÇÃO

A Revolução Francesa foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores eventos da história do Ocidente. Esse acontecimento histórico impactou profundamente toda a sociedade moderna, transformando os seus paradigmas políticos e ideológicos. Segundo o historiador marxista Eric Hobsbawm (2015, p. 61), “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Desse modo, não somente o campo político e ideológico sofreram os efeitos da Revolução como aponta Hobsbawm, mas também o campo religioso recebeu novas configurações. Nesse viés, um questionamento faz-se bastante pertinente para esse tópico: Se a Revolução Francesa criou e organizou uma sociedade, não deveria muni-la também de novos aspectos religiosos? Esse questionamento torna-se o ponto de partida para entender os elementos religiosos presentes na Revolução, e como ela criou uma espécie de religiosidade revolucionária.

Ressalta-se de início que, se por um lado a Revolução Francesa demonstrou oposição ao cristianismo, resultando em todo esse sistema de descristianização e secularização da sociedade, por outro, seu modo de agir e processar foi marcado por forte religiosidade. Logo, a Revolução caracterizou-se pelo uso religioso do político. O pensador político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), na sua obra “O Antigo Regime e a Revolução”, discorre com maestria sobre esses elementos religiosos que marcaram a Revolução na França. Para o pensador, ela foi “uma revolução política que operou à

maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 59). Tocqueville, aponta que existem muitas semelhanças entre a maneira como se processou a Revolução Francesa e como se deu as diversas revoluções religiosas da história, isto é, há elementos comuns que aproximam esses processos revolucionários; nesse caso, seus aspectos religiosos.

Embora o argumento de Tocqueville na obra supracitada não represente em sua totalidade uma equivalência evidente entre a Revolução e as religiões, cabe a partir desse autor desenvolver uma interpretação historiográfica sobre essas aproximações, em razão da pertinência histórica do seu pensamento. Em primeiro lugar, pontua-se que os revolucionários franceses operaram através do uso da propaganda e da pregação. A principal forma pela qual a Revolução penetrou e se expandiu na sociedade foi por meio da pregação e propagação dos ideais revolucionários. Segundo Tocqueville (1997, p. 59) a Revolução foi:

Uma revolução política inspirando o proselitismo! Uma revolução política que se prega com o mesmo ardor e a mesma paixão aos estrangeiros quanto em casa! Que espetáculo inédito! Entre todas as coisas desconhecidas que a Revolução Francesa mostrou ao mundo, esta é sem dúvida a mais nova.

Esse caráter proselitista da Revolução, ou seja, esforço dos revolucionários em converter as pessoas às suas ideias, é muito comum em todas as religiões. No cristianismo, por exemplo, o instrumento principal para que as pessoas se convertam à religião cristã, é a pregação das boas-novas, como eles definem: o Evangelho. Essa pregação esteve muito presente no processo revolucionário francês. Para que a mensagem da Revolução chegasse às massas, os revolucionários também buscavam converter por meio da pregação; no entanto, não do Evangelho cristão, mas de um “novo evangelho”, em que a Razão e a Pátria ocupavam o centro. Uma boa representação de tal ideia está nas cerimônias e festas cívicas realizadas na França revolucionária. O objetivo ia além de converter o povo à Revolução, visavam também desenvolver um novo imaginário. Desse modo, de acordo com Michel Vovelle (2012, p. 241): “[...] as festas aparecem como parte integrante, ainda que particularmente rica, de um sistema mais amplo de símbolos pelo qual se exprime um novo imaginário, cheio de imagens e representações, ao qual a revolução deu origem”.

Em segundo lugar, a Revolução Francesa enxergou o homem de maneira abstrata, fora de qualquer espaço e tempo particular, uma forte característica religiosa. As religiões

tendem a considerar o homem em seus aspectos gerais, isto é, olham para o homem em si, deixando em segundo plano as leis, os costumes e as tradições da sociedade em que eles estão inseridos. Para elas, o que interessa primordialmente é o relacionamento geral dos homens com Deus e os direitos e deveres gerais dos homens entre si. Acerca disso, Tocqueville (1997, p. 60) continua:

A Revolução Francesa agiu em relação a este mundo exatamente como as revoluções religiosas operam em relação ao outro. Tem considerado o cidadão de uma maneira abstrata, fora de qualquer sociedade particular, da mesma maneira como as religiões consideram o homem em geral, independentemente do país e da época. Não pesquisou tão somente qual era o direito particular do cidadão francês, mas também quais os deveres e direitos gerais dos homens em matéria política.

Para o pensador político, a Revolução Francesa considerou o cidadão fora dos seus aspectos particulares, independentemente do tempo e espaço que atravessam suas vidas, o homem foi entendido em sentido geral, assim como as religiões os entendem. A religião cristã ocidental, a critério de exemplificação, compreende todos os homens como pecadores, isto é, mesmo com variabilidades temporais e espaciais, o cristianismo compreende a humanidade, como um todo, limitada e manchada pelo “pecado original”¹¹. Do mesmo modo, a famosa “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, como um dos ápices da Revolução Francesa, representou esse olhar geral sobre o homem, uma vez que não subscreveu os direitos dos cidadãos franceses em particular, mas os deveres e direitos de todos os homens em diferentes espaços e temporalidades.

Por fim, a Revolução Francesa incendiou as mentes e os corações dos homens com seus ideais, produzindo uma paixão que outras revoluções foram incapazes de produzir. Esse elemento chamado “paixão” é comum a grupos religiosos, tendo em vista, que ninguém segue uma religião sem ter fascínio por ela. Quando os homens religiosos entram em suas sinagogas, são apaixonados por seus rituais; ao adentrar em suas igrejas, inflamam-se de paixão pela pregação e, venerando seus símbolos iconográficos, são inspirados por eles. Semelhantemente, os revolucionários, ao sair em cerimônias cívicas pelas ruas levando consigo a deusa da Razão, estavam fascinados pelas ideias dessa nova “religião” revolucionária. Ao erguerem seus templos seculares, mostravam toda uma paixão aos seus símbolos, característico das religiões. Por último, afirma Tocqueville (1997, p. 60):

¹¹ Segundo o Teólogo Millard J. Erikson (1997, p. 265), a doutrina do “pecado original” consiste no entendimento de que todos os homens possuem uma inclinação natural à prática do pecado ou do mal. Esse tipo de pecado é condição prévia da vida humana, isto é, efeito do pecado cometido por Adão no Jardim do Éden, como propõe a explicação do texto sagrado dos cristãos. Isso significa que toda a humanidade já começa a sua vida com esse pecado dentro de si.

Como parecia aspirar mais ainda à regeneração do gênero humano que a reforma da França, acendeu uma paixão que as revoluções políticas as mais violentas jamais conseguiram produzir até então. Inspirou o proselitismo e gerou a propaganda. Foi assim que pegou este ar de revolução religiosa que tanto apavorou os contemporâneos, ou melhor, tornou-se ela própria uma espécie de nova religião, uma religião imperfeita, é verdade, sem Deus, sem culto, sem Além, mas que, todavia, como o islamismo, inundou toda a terra com seus soldados, apóstolos e mártires.

O uso de ferramentas que possam atingir as paixões do público, é característico do proselitismo religioso. As religiões tendem a munir seus cultos e celebrações com elementos que possam envolver emocionalmente seus fiéis, seja através de músicas, danças, rituais ou com ornamentos artísticos nos locais de práticas religiosas. Desta forma, a campanha revolucionária fez o mesmo, desenvolveram festas e celebrações que não somente buscavam substituir as antigas ideias, mas também reafirmar a Revolução, educando as massas nos seus valores; a chama da Revolução não podia apagar. Desse modo, com a mesma finalidade das expressões religiosas, os revolucionários objetivavam trabalhar com as sentimentalidades e o imaginário.

Antes da implementação desses novos elementos, a campanha revolucionária certificou-se da destruição dos antigos ideais, pois os consideravam superstições e fanatismo do mundo cristão. Nesse viés, os objetos sagrados de culto e devoção foram derrubados, e novos foram erguidos pelo novo regime. O culto ao Deus cristão foi substituído pelo culto à deusa da Razão, as antigas igrejas tornaram-se verdadeiros templos de celebração da racionalidade humana, “onde as novas liturgias cívicas são celebradas com hinos e discursos” (VOVELLE, 2012, p. 231).

Os revolucionários, também à maneira das manifestações de religiosidade e de devoção comum às religiões, marchavam pelas ruas da França em procissões cívicas. Eles levavam em seus ombros a deusa da Razão. Ademais, festas seculares foram realizadas por toda a França, a mais expressiva delas aconteceu em novembro de 1793, na famosa Catedral de Notre-Dame de Paris, organizada por Pierre-Gaspard Chaumette (1763-1794).¹² A “Festa da Razão”, como ficou conhecida, exaltou o pensamento secular e difundiu os ideais revolucionários. Nesse mesmo evento, a estátua da Virgem Maria foi substituída pela divindade criada pela revolução (RODRIGUES, 2015). Esse ato revela bem

¹² Procurador da Comuna de Paris, ele foi uma figura central na organização de eventos do Culto da Razão, incluindo a famosa Festa da Razão na Catedral de Notre-Dame.

que essas manifestações buscavam formar uma nova mentalidade, trocando os antigos valores cristãos por novos.

Portanto, essas ações tão notáveis realizadas na Revolução Francesa deram a ela esse ar de “nova religião” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 60), uma religião falha e incompleta, porém com novos credos, cultos, liturgias, mártires e, principalmente, novos objetos de culto. Se a sociedade moderna foi altamente modificada politicamente e ideologicamente com a Revolução Francesa, a religião não ficou de fora disso, não sendo apenas impactada, mas também transformada pela Revolução. Assim sendo, Alexis de Tocqueville, ao definir a Revolução da França como uma nova espécie de “religião”, com base em todas as discussões até aqui feitas, responde bem ao questionamento inicial, pois, de fato, ao criar uma sociedade, a Revolução a munuiu com novas configurações religiosas.

O PANTEÃO DE PARIS: DE IGREJA A TEMPLO DOS GRANDES HOMENS

A Revolução Francesa, ao mesmo tempo em que instaurou novos princípios de ordem política, também provocou uma ruptura profunda no imaginário simbólico europeu. Não se tratou apenas de substituir um regime por outro, mas de repensar, em termos radicais, as bases espirituais e culturais da sociedade francesa. Entre os exemplos mais eloquentes desse processo, o Panteão de Paris ocupa lugar de destaque, porque nele se cristalizam as tensões entre o Sagrado tradicional, de raiz cristã, e uma nova forma de religiosidade cívica, fundada na exaltação da Pátria e dos seus grandes homens. O edifício tornou-se, assim, um espaço privilegiado para compreender a descristianização revolucionária: não só pela sua função prática, mas pela força simbólica da transformação que sofreu.

A sua origem remonta ao ano de 1758, quando Luís XV, gravemente doente, prometeu erguer uma igreja monumental em honra de Santa Genoveva, a padroeira de Paris, caso obtivesse a cura. A promessa régia tinha um peso especial, porque implicava não apenas um gesto de devoção pessoal, mas também a reafirmação da aliança entre o trono e o altar.

O arquiteto Jacques-Germain Soufflot, recebeu a missão de conceber uma obra grandiosa, capaz de rivalizar com os maiores templos da cristandade, e inspirou-se diretamente no Panteão de Roma para criar um edifício neoclássico, de linhas puras e proporções majestosas. Na sua concepção, o monumento unia a linguagem arquitetônica clássica à função religiosa, transmitindo a ideia de continuidade entre a herança antiga e a

fé cristã. Contudo, a longa duração da obra, atravessando crises financeiras, instabilidade política e sucessivas mudanças de soberanos, fez com que, paradoxalmente, fosse concluída apenas em 1790, quando a monarquia já se encontrava em declínio e a França vivia os primeiros anos da Revolução.

Sabemos que o sentido moderno de "panteão" fora, desde a Revolução Francesa, o de glorificar os heróis da nação, proporcionando aos cidadãos o reconhecimento dos mesmos, ato inserido na construção de uma "pedagogia da nação", integrante da formação dos Estados Nacionais, ao final do século XVIII e durante o século XIX. No caso do panteão francês, foi idealizado no contexto de laicização dos movimentos revolucionários burgueses, tanto que foi instalado em edifício concluído em 1790, concebido para ser uma Igreja (IAMASHITA, 2021, p. 1).

O destino do edifício, nesse momento, tomou uma direção inesperada. Se tinha sido concebido como igreja, foi a Revolução que lhe imprimiu nova identidade. Em 1791, a Assembleia Nacional Constituinte decretou que o espaço deixaria de servir ao culto religioso para se converter em mausoléu nacional. A escolha não foi arbitrária: ela correspondeu ao esforço de criar símbolos adequados à nova ordem política. Num contexto em que se pretendia enfraquecer a influência da Igreja Católica e romper com os privilégios do Antigo Regime, o Panteão apresentava-se como um espaço de exceção, cuja monumentalidade poderia ser ressignificada. Ao invés de ser dedicado ao Sagrado transcendente, passaria a ser um templo cívico, exaltando a memória dos grandes homens e dos feitos humanos.

É significativo notar que essa decisão foi acompanhada por uma profunda reconfiguração cultural. O Panteão deixou de ser visto como lugar de oração e sacrifício, para tornar-se palco de rituais públicos de exaltação nacional. A própria linguagem adotada pelos revolucionários evidencia isso: falava-se de "culto" aos grandes homens, como se os cidadãos substituíssem a devoção aos santos pela veneração de figuras como Voltaire e Rousseau. Essa transformação de sentidos não se limitava ao Panteão, mas o inseriram no vasto movimento de descristianização, que incluía o encerramento de igrejas, a perseguição de clérigos refratários, a confiscação de bens eclesiásticos e a tentativa de instituir novos cultos, como o Culto à Razão e o Culto ao Ser Supremo, promovido por Robespierre.

Um dos aspectos mais interessantes deste processo é a forma como o Panteão passou a desempenhar a função de "altar da pátria". A inscrição gravada na fachada, "*Aux grands hommes, la patrie reconnaissante*" (Aos grandes homens, a pátria reconhecida), é

um marco dessa mudança de paradigma. A Pátria, e não mais Deus, era a entidade a quem se dirigia a gratidão coletiva. Essa substituição simbólica revela o esforço revolucionário de criar uma nova espiritualidade laica, em que a Pátria se tornava a nova divindade, e os grandes homens, em dignos de veneração. Tal como no culto cristão se veneravam relíquias, também no Panteão se depositavam os restos mortais de figuras que representavam os ideais de liberdade, razão e progresso.

Fotografia 1 – Fachada do Panteão de Paris



Autor desconhecido Data de acesso: 28/07/2026 Endereço eletrônico: <https://www.paris-pantheon.fr/en>

A transformação do Panteão, contudo, não se deu sem tensões. Muitos historiadores assinalam as contradições envolvidas nesse processo: erguido originalmente como igreja régia, fruto da promessa de um monarca, acabou apropriado pela Revolução como templo secularizado e republicano. Essa ironia não passou despercebida aos contemporâneos. O filósofo Quatremère de Quincy, observando a mudança, afirmou que o monumento deveria ser entendido como espaço consagrado às virtudes e talentos humanos, um verdadeiro “Elísio”¹³, onde repousariam os heróis da pátria. Para ele, o Panteão não representava apenas indivíduos, mas encarnava valores universais que compunham a glória nacional:

Este Monumento, consagrado aos Grandes Homens é, antes de tudo, consagrado às Virtudes e aos Talentos que o fazem. Convinha pois expressar sensivelmente todos os

¹³É, na mitologia grega, o lugar paradisíaco destinado às almas dos heróis e dos justos após a morte. Diferente do Hades comum, o Elísio representa um espaço de recompensa, felicidade eterna e paz, associado a uma espécie de “vida ideal” no além.

títulos de mérito e de honra que compõem sua reputação. Era de se esperar que fossem encontrados neste Elíseo todos os signos correspondentes aos objetos de estima e valor humanos, que sempre fizeram os encantos e a glória da vida (QUATREMÉRE, 1793, *apud* SABORIT, 2009, p. 154).

Ao longo do século XIX, o monumento foi palco de múltiplas disputas políticas e ideológicas. Em períodos de restauração monárquica, voltou a ser reconduzido ao culto religioso, como igreja de Santa Genoveva, porém, em fases republicanas, reafirmou-se como mausoléu laico. Essa alternância ilustra a força simbólica do espaço: mais do que um simples edifício, o Panteão tornou-se terreno de disputa pela memória nacional, oscilando entre a tradição católica e a modernidade republicana. Foi apenas durante a Terceira República, já no final do século XIX, que se fixou definitivamente como templo laico, consolidando o modelo inaugurado em 1791 e convertendo-se em verdadeiro símbolo da república francesa.

Se observarmos com atenção, a história do Panteão permite perceber algo mais profundo: a Revolução Francesa, ao tentar abolir o Sagrado, acabou por recriá-lo sob novas formas. O culto à Pátria, os funerais nacionais, as homenagens públicas, tudo isso reproduzia, de maneira secularizada, práticas que antes pertenciam à esfera religiosa. A necessidade humana de rituais, símbolos e espaços de memória não desapareceu, apenas foi deslocada. O Panteão, nesse sentido, não é apenas um mausoléu, mas o testemunho de que a descristianização não significou o fim do religioso, mas sua metamorfose em religião civil.

Hoje, o Panteão é visitado como monumento nacional e atração turística, mas continua a carregar consigo esse legado ambíguo. É ao mesmo tempo memória da Revolução, espaço de consagração republicana e obra-prima arquitetônica do neoclassicismo francês. A sua transformação de igreja em templo dos grandes homens representa, de forma exemplar, a tentativa de criar uma nova ordem cultural e simbólica, fundada nos ideais de razão, igualdade e fraternidade, mas que, paradoxalmente, não pôde abrir mão de uma dimensão religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descristianização promovida durante a Revolução Francesa constituiu um fenômeno multifacetado, que extrapolou os limites da política institucional e adentrou os domínios da cultura, da simbologia e da subjetividade coletiva. Ao desarticular os vínculos entre Igreja e Estado, os revolucionários não apenas romperam com a estrutura teocrática do Antigo Regime, mas também instauraram uma nova gramática política, fundada na racionalidade iluminista e na soberania popular. Esse processo, longe de ser homogêneo ou linear, revelou-se permeado por contradições, disputas internas e reconfigurações simbólicas que marcaram profundamente a modernidade ocidental.

Em primeiro lugar, nota-se através do presente estudo, que a promulgação da Constituição Civil do Clero de 1790, representou uma inflexão decisiva na relação entre poder político e autoridade espiritual. Ao exigir que os membros do clero jurassem fidelidade à nação e ao Estado, a Revolução subverteu o princípio da autonomia eclesiástica, subordinando a prática religiosa aos imperativos da nova ordem republicana. Essa medida, embora revestida de racionalidade jurídica, implicou uma ruptura ontológica com a tradição cristã, ao redefinir o *locus* da legitimidade espiritual.

Além disso, o confisco dos bens eclesiásticos e a dissolução das ordens religiosas evidenciam a dimensão econômica da descristianização. O Estado revolucionário, ao apropriar-se do patrimônio da Igreja, não apenas financiou sua máquina administrativa e militar, mas também desarticulou os mecanismos de assistência social, educação e cuidado que estavam sob domínio eclesiástico. Essa ruptura gerou um vácuo institucional que foi preenchido, de forma parcial e fragmentada, por estruturas laicas emergentes, como os comitês revolucionários e as escolas republicanas.

Em segundo lugar, a Revolução remodelou os símbolos religiosos, evidenciando a operação de modo significativo também no campo simbólico. A substituição do calendário gregoriano pelo calendário republicano, com novos nomes, ciclos e festividades, revela a tentativa de reconfigurar o olhar sobre o tempo, porém, segundo os parâmetros da racionalidade iluminista. O tempo, na Revolução, passou a ser concebido como expressão do racionalismo e da vontade dos agentes revolucionários.

Por conseguinte, as cerimônias cívicas, como o Culto à Razão e a Festa do Ser Supremo, ilustram a transposição dos elementos rituais religiosos para o campo político. Essas celebrações, embora laicas em sua formulação, conservaram a litúrgica, a estética cerimonial e a função agregadora da religião tradicional, porém, com novas disposições. O uso de espaços sagrados, como a Catedral de Notre-Dame, para tais eventos, reforça a

apropriação simbólica do Sagrado pela esfera estatal. Esse fenômeno demonstra que a Revolução não aboliu o Sagrado, mas o ressignificou em termos republicanos.

Em terceiro lugar, no campo intelectual, a literatura filosófica do século XVIII desempenhou papel fundamental na construção do imaginário secular. Autores como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Diderot (1713-1784) e Condorcet (1743-1794), ao criticar os dogmas religiosos e exaltar a razão como princípio ordenador da vida social, forneceram os fundamentos teóricos para a descristianização. A Revolução, nesse sentido, foi também a realização prática de um projeto intelectual de uma fração dos pensadores iluministas, que visava emancipar o indivíduo da tutela religiosa e promover a autonomia da consciência.

Ademais, a transformação do Panteão de Paris em mausoléu nacional, destinado a abrigar os restos mortais dos “grandes homens”¹⁴, simboliza a sacralização da memória republicana. A inscrição “Aos grandes homens, a pátria reconhecida”, consolida uma nova forma de culto público, centrado na virtude, no mérito e na contribuição à causa revolucionária. O espaço arquitetônico, antes consagrado à fé cristã, tornou-se templo da memória secular.

Por outro lado, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ao universalizar os direitos individuais, institui uma ética laica fundada na dignidade humana, na igualdade jurídica e na liberdade de consciência. Essa concepção, embora desvinculada da teologia cristã, conserva elementos estruturantes da moral religiosa, como a valorização do próximo, a solidariedade e a busca pela justiça. A memória da Revolução, preservada em monumentos, documentos, práticas institucionais e narrativas historiográficas, continua a influenciar o debate contemporâneo sobre o papel da religião na esfera pública. A tensão entre tradição e modernidade, entre fé e razão, entre o sagrado e o profano, permanece como desafio constante nas sociedades que buscam conciliar pluralismo religioso com neutralidade estatal.

Sendo assim, foi possível demonstrar com este estudo que a Revolução Francesa, ao promover a descristianização, inaugurou uma nova forma de religiosidade cívica, fundada na razão, na virtude e na soberania popular. Essa religiosidade, embora laica,

¹⁴ "Aux grands hommes, la patrie reconnaissante" (Aos grandes homens, a pátria agradecida) é a célebre frase inscrita no frontão do Panteão de Paris, na França. O monumento funciona como um mausoléu laico dedicado a figuras ilustres que moldaram a história francesa, transformado durante a Revolução Francesa.

conserva a estrutura emocional, simbólica e ritualística das religiões tradicionais, demonstrando que o Sagrado pode ser reconfigurado sem ser extinto. Essa transformação do Sagrado, operada pela Revolução, constitui um dos aspectos mais profundos da modernidade. Ao reconfigurar os fundamentos simbólicos da vida social, a descristianização contribuiu para a construção de uma nova racionalidade política, fundada na autonomia, na igualdade e na virtude republicana. A espiritualidade laica, emergente desse processo, tornou-se elemento constitutivo da identidade moderna. Portanto, a Revolução, ao reinventar o Sagrado, inaugurou uma nova era de espiritualidade pública, marcada pela valorização da razão, da pátria e dos direitos humanos como fundamentos éticos e simbólicos da vida coletiva.

REFERÊNCIAS

- BELLOC, Hilaire. **A revolução francesa**. Tradução de Raimundo Alves dos Santos. Salvador: Raimundo Alves dos Santos, 2024. E-book.
- CARVALHO, Daniel Gomes de. **O pensamento radical de Thomas Paine (1793-1797): artífice e obra da Revolução Francesa**. 2018. 307 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP, 2009.
- DE MEDEIROS, Rodrigo Dantas. **O pensamento conservador e a revolução francesa**. Revista Sem Aspas, v. 5, n. 1, p. 7, 2016.
- GENTILE, Emilio. **Politics as Religion**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Panteão da Pátria: sentidos e significados da criação de um "lugar de memória" para os heróis da nação brasileira, ao final do século XX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021.
- ISAIA, Artur Cesar; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **As Carmelitas de Compiègne: a obra de Gertrud Von Lefort como fonte para o estudo das relações entre memória, literatura e história**. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; CURCINO, Adriana; COSTA, Luciana Ferreira; MAGALHÃES, Fernando (org.). *Ensaio sobre Memória*. v. 2. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2020. p. 199-220.
- OZOUF, Mona. **La fête révolutionnaire 1789-1799**. Paris: Gallimard, 1976.
- RODRIGUES, João Paulo. **Festas e comemorações cívicas na Revolução Francesa (1789-1799): a perspectiva crítica de Mona Ozouf e outras interpretações**. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 217-237, 2015.

SABORIT, Ignasi Terradas. **Religiosidade na Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VOVELLE, Michel. **A mentalidade revolucionária: sociedade e mentalidades na Revolução Francesa**. Lisboa: Salamandra, 1987.

VOVELLE, Michel; ECHALAR, Mariana. **A revolução francesa, 1789-1799**. São Paulo: UNESP, 2012.